

MARXISMO E ANARQUISMO: APROXIMAÇÃO, SÍNTESE OU SEPARAÇÃO? *

Éric Vilain

O desmoronamento do bloco soviético parece suscitar em certos companheiros temores concernentes à eventual recuperação de idéias próprias ao movimento anarquista pelos sobreviventes do marxismo, preocupados em refazer uma virgindade.

Este é um temor justificado, e essa recuperação não é um fenômeno novo, pois começou com o próprio Marx, e foi denunciada por Bakunin.

Penso que a primeira medida para barrar tais recuperações seria exprimir nossas próprias posições de modo claro e público. Ora, estamos longe de ser este o caso. Pode-se, por exemplo, imaginar que o marxismo teria podido existir se as obras de Marx, Engels, Lênin nunca tivessem sido publicadas e comentadas em livros de preço abordável para o grande público? Ora, o que se passa com as idéias anarquistas? Os livros de Bakunin, Proudhon e Kropotkin são praticamente inencontráveis e, ao meu conhecimento, não existe qualquer comentário digno desse nome, estritamente anarquista, desses autores. Somos, portanto, os primeiros a carregar a responsabilidade pela recuperação de nossas idéias por nossos adversários políticos.

I. O QUE É RECUPERÁVEL NO MARXISMO

A primeira questão que podemos fazer é: o que é irremediavelmente irrecuperável no marxismo? É uma questão à

* Texto escrito em 1989, e levemente retomado em outubro de 1999. A conclusão foi reescrita em 2007.

qual não é possível responder se não precisarmos de qual marxismo falamos.

Eu diria que podemos responder a partir de três níveis.

1. O marxismo como corpus teórico

Trata-se de não levar em consideração senão os textos do próprio Marx, e a rigor aqueles de Engels, em sua totalidade, inclusive a correspondência, para tentar compreender o que ele quis (ou eles quiseram) realmente dizer. É o procedimento mais científico, e que permite visualizar, intelectualmente falando, a idéia mais justa. Mas é evidente que o marxismo não se limita a isso; ele é um movimento real e múltiplo, que interpreta seus pais fundadores, e não apenas um corpo de doutrina fixo.

2. O marxismo em sua aplicação quando Marx vivia

Conhecemos essa famosa frase de Marx: “Tudo que sei é que não sou marxista1.” Ela sugere que, quando ele vivia, o movimento político emanado de suas idéias havia adquirido uma orientação que o fundador não aprovava: trata-se evidentemente da social-democracia alemã. É, pois, difícil não considerar esse movimento como marxista tendo em vista a qualidade de seus dirigentes: Káutski, Bebel, Liebknecht etc.

3. O marxismo em suas interpretações póstumas: o leninismo

Abordar a questão do leninismo apresenta dois interesses: o primeiro está ligado à compreensão da revolução russa; o segundo é compreender as posições dos herdeiros de Lênin hoje.

O fundamento da posição de Lênin é que o proletariado só pode adquirir a consciência revolucionária por intermédio dos intelectuais de origem burguesa, porque são eles que detêm a “ciência”, não os proletários. Esta tese é amplamente desenvolvida em *O que fazer?*, livro que Lênin escreveu em 1903. Mas a idéia em si mesma não é dele, ela é, entre outros, de Karl Káutski, um social-democrata alemão.

Por eles mesmos, os operários só podem obter a consciência “trade-unionista”, isto é, reformista, reivindicativa.

Segundo Lênin,

“o portador da ciência não é o proletariado, mas os intelectuais burgueses: foi, com efeito, no cérebro de alguns indivíduos dessa categoria que nasceu o socialismo contemporâneo, e foi por eles que foi comunicado aos proletários intelectualmente mais desenvolvidos...” (*O que fazer?*)

Para compreender o sentido da tese leninista, devemos considerar três coisas: seu contexto histórico e social; seu conteúdo de classe; seu objetivo.

- Em relação ao primeiro ponto, o leninismo é uma doutrina característica das camadas médias das sociedades subindustrializadas, de maioria agrária, sem ou quase sem classe operária. Na Rússia, em 1917, os operários representavam 3% da população.

- O conteúdo de classe do leninismo é límpido: é a doutrina política das camadas de intelectuais burgueses desclassificados colocando-se como direção autoproclamada da classe operária e buscando nesta uma base social para realizar suas ascensão ao poder político.

- O objetivo dessa doutrina é, evidentemente, legitimar o poder das camadas sociais que a reivindicam. A referência ao marxismo só serve para camuflar o projeto político dessas camadas sociais.

Devemos precisar que em Marx nada há de equivalente. Quando, falando dos comunistas, ele escreve no Manifesto que eles “têm sobre o resto do proletariado [o grifo é meu] a vantagem de uma inteligência clara das condições da marcha e dos fins gerais do movimento proletário” e que entre eles há intelectuais burgueses que “por força de trabalho, elevaram-se até à inteligência teórica do conjunto do movimento histórico”, ele mostra que o leninismo situa-se totalmente fora do sistema de pensamento marxista.

O bolchevismo é a expressão ideológica do atraso político e econômico da Rússia czarista. Os discípulos de Lênin não parecem querer interrogar-se sobre a anomalia histórica que instaurou um regime reivindicando o proletariado em um país onde a esmagadora maioria da população era camponesa e onde a economia desmoronara.

“Marx fiava-se unicamente no desenvolvimento intelectual da classe operária, tal como devia necessariamente resultar da ação e da discussão comuns”, diz Engels em 1890 no prefácio da reedição alemã de *O Manifesto Comunista*.

O que desqualifica o leninismo é que suas afirmações são falsas. No próprio momento em que Lênin dizia que a classe operária só podia chegar a uma consciência reformista, os operários da maioria dos países industrializados desenvolviam um movimento, o sindicalismo revolucionário, no qual afirmavam claramente que sua emancipação seria sua própria obra.

O debate sobre as modalidades de aquisição da consciência revolucionária permanece acadêmico enquanto estivermos em um período de luta contra o capitalismo. Quando uma organização fundada sobre os princípios leninistas toma o poder, não poderíamos nos surpreender que a política que ela instaura seja orientada ao monopólio do poder por uma minoria de gestores. É que a direção da vanguarda do proletariado, para retomar a expressão de Lucács, recebeu “sua arma mais pungente das mãos da verdadeira ciência”, o marxismo, do qual Lênin dizia, por outro lado:

“Não se pode retirar nenhum princípio fundamental, nenhuma parte essencial dessa filosofia do marxismo fundada em um único bloco de aço, sem se afastar da verdade objetiva, sem cair na mentira burguesa e reacionária.”²

Eis um perfeito exemplo de visão ideológica. Esse tipo de proclamação, motivada pelo desejo de afirmar uma formulação científica, releva seguramente bem mais do que o credo religioso, e desvela a amplitude da regressão intelectual que as concepções leninistas fazem o marxismo sofrer. Quando a verdade releva menos da constatação dos fatos do que da interpretação de um dogma, assiste-se rapidamente a uma pavorosa degenerescência política da qual se pôde constatar alguns exemplos: Trótski suprimindo tranquilamente os “humores cambiantes” da democracia operária; Radek decidido a não ceder aos “clamores dos trabalhadores”³ que não “compreendem seus verdadeiros interesses”; Bukharin apiedando-se das más condições de trabalho... dos tchekistas!

A posse da “verdadeira consciência” constitui um verdadeiro ato de propriedade sobre a classe operária; ela legitima seus detentores como direção autoproclamada do movimento operário. A mínima contestação da linha do partido — quer se exprima no seu interior ou no exterior — não é simplesmente uma divergência política, ela é um atentado à “verdadeira ciência” elaborada pelos dirigentes, e situa-se, por isso, fora de toda discussão. A mínima contestação dos

fundamentos dessa verdadeira ciência” constitui uma violação que joga sem discussão seu autor nas fileiras do inimigo de classe.

Ante um problema, só pode haver uma solução, aquela fornecida pelos detentores e pelos intérpretes titulados da ciência; as outras soluções só podem ser o produto da ideologia burguesa.

As correntes políticas que hoje reivindicam a herança de Lênin vivem numa espécie de delírio de identificação com a revolução russa. Elas estão convencidas de que o esquema de outubro de 1917 é reproduzível. O contraste entre a situação da Rússia em 1917 e a situação da Europa ocidental hoje não parece perturbá-las. Os herdeiros de Trótski agarram-se desesperadamente à idéia de que a U.R.S.S. é um “Estado operário” degenerado — o que quer que isso queira dizer.

Segundo toda probabilidade, quando eles tiverem esgotado todas as invenções dando-lhes a ilusão da possível reprodução dos esquemas passados, eles reconverter-se-ão em social-democratas, o que nunca cessaram de ser, fundamentalmente — em social-democratas que terão um discurso um pouquinho mais à esquerda do que os outros.

* * *

O que define essencialmente o marxismo “real” antes de Lênin, é o parlamentarismo. A crítica bakuniniana da política marxista funda-se na estratégia parlamentar desta.

Mas é evidente que Bakunin não podia saber, na época, sobre tudo que Marx pensava dessa política; ele fundava sua crítica sobre a atividade prática de Marx. Todavia, devemos compreender que o ponto de vista de Marx e Engels não se reduzia a um parlamentarismo lamuriento, eu diria. Eles ficavam muito enervados com o cretinismo parlamentar de certos dirigentes socialistas alemães. Para eles, a ação parlamentar era só uma etapa permitindo à classe operária tomar o poder, e então esta estaria em condição de efetuar “usurpações despóticas”, segundo a fórmula do Manifesto, contra a propriedade burguesa. Não se trata, pois, de um simples reformismo completamente banal segundo o qual a sociedade capitalista poderia transformar-se em reformas graduais em sociedade socialista. De fato, se observarmos de mais perto, a posição deles era bastante próxima daquela do P.C.F.

Aqueles que conhecem o P.C. de perto, e em particular seus militantes “experimentados”, sabem que estes não dão a mínima

para o parlamentarismo e que não se fazem qualquer ilusão em relação à ação parlamentar⁴.

No congresso de Haia, durante o qual os bakuninianos foram excluídos, Marx declarou que é preciso levar em conta instituições, costumes, tradições dos diferentes países, e que é possível que em alguns deles, na Inglaterra, na América e talvez na Holanda, os trabalhadores “possam alcançar seus objetivos por meios pacíficos”, no entanto, acrescenta, “na maioria dos países do continente, é a força que deve ser a alavanca de nossas revoluções”. A ação parlamentar, como vemos, só é projetada como uma ação entre outras. É verdade que essa relativização pôde ser a consequência das críticas violentas dos bakuninianos contra as ilusões parlamentares.

Em todo caso, a ação parlamentar é vista como possível, o que os anarquistas contestavam de modo categórico.

Quase vinte anos depois, Engels deu mais um passo.

Em 1891, quando as duas principais reivindicações dos revolucionários de 1848 foram realizadas, a unidade nacional e o regime representativo, Engels constata que “o governo possui todo poder executivo”, e as câmaras não têm nem mesmo o poder de recusar os impostos”. “O temor de uma renovação da lei contra os socialistas paralisa a ação da social-democracia”, diz ele, confirmando a opinião de Bakunin segundo a qual as formas democráticas só oferecem poucas garantias para o povo. O “despotismo governamental” encontra, assim, uma forma nova e eficaz na pseudo-vontade do povo. À Alemanha, Engels opõe “os países onde a representação popular concentra nela todo o poder, onde segundo a constituição pode-se fazer o que se quiser, desde que se tenha atrás de si a maioria da nação⁵.” Bastaria, portanto, que a maioria da população estivesse de acordo, e que as instituições permitissem-no, para que fosse realizável o socialismo.

Engels não se coloca a questão de saber como tais preliminares podem ser reunidas.

Em 1895, enfim, Engels vai até o limite de sua lógica: “A ironia da história põe tudo de ponta-cabeça. Nós, os “revolucionários”, os “subversivos”, prosperamos muito mais pelos meios legais do que pelos meios ilegais e pela subversão.” (Introdução de *As Lutas de Classes na França*).

Constatamos dois pontos essenciais: nem Marx nem Engels limitam a ação do movimento operário a uma ação pacífica e legal. Mas permanecem persuadidos de que lá onde as “instituições”, os

“costumes” e as “tradições” permitem- no, os operários poderão, pelas vias legais “conquistar a supremacia política para assentar a nova organização do trabalho” (Marx). Se Bakunin erra em reduzir a ação preconizada por Marx e Engels à ação legal⁶, sua crítica das ilusões que aqueles se fazem sobre a possibilidade de “a velha sociedade poderá evoluir pacificamente para a nova” (Engels) num autêntico regime representativo, permanece pertinente.

Não podemos negar as críticas que Marx fez contra a social-democracia alemã: esta, contudo, era incontestavelmente sua herdeira, malgrado as influências lassallianas. Do parlamentarismo crítico ao parlamentarismo puro e simples, não há de fato fronteira: um e outro especulam sobre a ilusão de que as eleições podem servir para alguma coisa, e é difícil imaginar um movimento no qual os chefes e os militantes mais experimentados soubessem do que se servir, e a massa dos aderentes e eleitores fossem mais mistificados.

De fato, para saber o que é irremediavelmente irrecuperável no marxismo em sua forma contemporânea a Marx, basta considerar os pontos que Bakunin particularmente criticou: a estratégia eleitoral e as formas de organização, uma e outra estando por sinal perfeitamente ligadas.

Bakunin ressalta vários pontos:

– “Toda mentira do sistema representativo repousa sobre a ficção de que um poder e uma câmara legislativa emanados da eleição popular devem absolutamente, ou mesmo, podem representar a vontade real do povo.” (*O Urso de Berna e os ursos de São Petersburgo*)

– Se a burguesia possui o lazer e a instrução necessários ao exercício do governo, o mesmo não ocorre com o povo. Por este fato, ainda que as condições institucionais da igualdade política fossem realizadas, esta permaneceria uma ficção.

– Além do mais (e aqui tocamos na “tecnologia” parlamentar), as leis têm na maioria das vezes um alcance muito especial, elas escapam da atenção do povo e de sua compreensão: “consideradas separadamente, cada uma dessas leis parece demasiado insignificante para o povo interessar-se muito por ela, mas juntas, elas formam uma rede que o acorrenta.”

– O papel da ideologia burguesa na classe operária, a influência dos “socialistas burgueses”, a existência de camadas de interesses

divergentes na classe operária: tudo isso poderia impedir o proletariado, ainda que fosse majoritário, de alcançar posições homogêneas.

– Enfim, o fato de que o proletariado (e com ele o pequeno campesinato) seja majoritário ou não tem pouca importância; o que conta é que é a classe produtora. Essa idéia de função social da classe produtora é essencial, e ela é perfeitamente resumida num texto datando de 1869, A Instrução Integral:

“Ocorre com muita freqüência que um operário inteligente seja forçado a calar-se ante um parvo letrado que o humilha, não pelo espírito, que não possui, mas pela instrução, da qual o operário é privado, e que não pôde receber porque, enquanto a estupidez do letrado desenvolvia-se cientificamente nas escolas, o trabalho do operário vestia-o, alojava-o, nutria-o e fornecia-lhe todas as coisas, mestres e livros, necessárias à sua instrução.”

Em tais condições, a questão de maioria numérica tem pouquíssima importância. Na Idade Média, as forças produtivas eram pouco desenvolvidas e a produtividade do trabalho muito fraca: para sustentar um pequeno número de privilegiados era preciso uma grande massa de trabalhadores produtivos. Podemos muito bem conceber um sistema desenvolvido no qual as camadas não-produtivas (não forçosamente exploradoras, precisemo-lo, mas que amiúde desenvolvem uma ideologia de exploradores) e as camadas parasitárias sejam majoritárias, simplesmente porque a produtividade do trabalho é tal que um número relativamente pequeno de produtores baste para produzir a mais-valia social necessária. Basta observar em torno de si e imaginar todos os ofícios que poderiam pôr-se em greve geral ilimitada sem que nossa existência cotidiana seja fundamentalmente modificada: militares, auxiliares, notários etc. Em contrapartida, sabemos no que resulta uma greve dos coletores de lixo ao cabo de três dias...

No que concerne ao leninismo, serei extremamente breve: nada há de recuperável. Eu poderia tomar em detalhes tudo o que define o leninismo e refutá-lo. Parece-me mais simples dizer que o leninismo nada tem de recuperável porque se aplica a um contexto e uma época que desapareceram.

O leninismo é a ideologia revolucionária da pequena burguesia intelectual sem perspectiva de futuro num país subdesenvolvido dominado pelo imperialismo, como foi precisamente o caso na Rússia em 1917. Assim, não foi por acaso que movimentos de tipo

leninista puderam florescer nos países do terceiro mundo sob a forma de movimentos de liberação nacional. O nacionalismo dos países dominados com freqüência assumiu a forma do leninismo porque este era simplesmente a forma mais adaptada a esse contexto.

Assim como para o bolchevismo, o marxismo era só uma capa, uma máscara para as reivindicações nacionais. O leninismo corresponde a concepções arcaicas, pré-capitalistas de organização e estratégia política.

II. HÁ NO MARXISMO ELEMENTOS QUE UM REARRANJO PODERIA CONSERVAR?

Para começar, a questão foi mal colocada. Seria mais adequado perguntar se no discurso marxista há coisas verdadeiras ou pertinentes. A ótica é completamente diferente.

O marxismo é um corpo de doutrina que os epígonos, e em particular Lênin, quiseram apresentar como um “bloco de aço” coerente no qual tudo era bom e nada a rejeitar.

Ora, quando nos damos o trabalho de considerar os textos de Marx em seu conjunto, vemos um homem que busca, tateia, que volta atrás, que ao longo de sua vida analisa os fenômenos sob ângulos diferentes etc.

– Ora, do marxismo só se retém o determinismo histórico, mas Marx também diz que sem o acaso, a história humana seria bem triste.

– Do marxismo, retém-se exclusivamente a explicação dos fenômenos históricos pelas determinações econômicas, mas Engels reconhece que eles talvez erraram em insistir em demasia neste aspecto: “Fomos Marx e eu, parcialmente, que devemos portar a responsabilidade pelo fato de, às vezes, os jovens darem mais peso do que se deve ao lado econômico. Ante nossos adversários, tivemos de ressaltar o princípio essencial negado por eles, e então nem sempre encontrávamos o tempo, o lugar, a ocasião para dar o seu lugar aos outros fatores que participam da ação recíproca.” (Carta a Joseph Bloch, 21 de setembro de 1890)

– Do marxismo, retém-se uma dialética do desenvolvimento do capitalismo em fases históricas sucessivas, mas Marx escreve que “A ‘fatalidade histórica’ desse movimento é [...] expressamente restrita aos países da Europa ocidental.” (Pléiade, II, 1558).

O problema é que essas reservas, que foram expressadas no final de suas vidas por Marx e Engels, em sua correspondência, são capitais. Porquanto não foram exprimidas em alto e bom som, publicamente, e desenvolvidas, os movimentos comunistas foram colocados nos trilhos de um marxismo mecanicista, simplificador, vulgar. Ora, esses são precisamente os três pontos essenciais da refutação teórica a Marx feita por Bakunin. São eles:

1. A existência de um certo indeterminismo histórico;
2. A recusa de tudo explicar pelas determinações econômicas, embora se reconheça que estas são capitais;
3. A relativização da teoria das fases sucessivas do desenvolvimento histórico, emanada conjuntamente de Saint- Simon e Hegel.

Paradoxalmente, eu diria que o que é recuperável no marxismo é a crítica que dele faz Bakunin. Com isso quero dizer que as objeções de Bakunin não negam o marxismo como teoria explicativa do social, como método de análise histórica e econômica, elas simplesmente relativizam os aspectos sob os quais o marxismo pôde aparecer como demasiado absoluto, totalizante (ou mesmo totalitário).

A relativização do marxismo feita por Bakunin é algo de insuportável a muitos comunistas, precisamente porque ela restitui o marxismo na corrente de idéias da época, como uma explicação do social entre outras. Ela retira-lhe o caráter quase religioso que existia no espírito de muitos comunistas para dar-lhe seu status de hipótese científica, isto é, refutável, modificável, e que pode ser completada. O marxismo é reconduzido ao que nunca deveria ter cessado de ser: não a ciência absoluta do social e da revolução, mas uma teoria, uma “grade de leitura” entre outras, nem mais nem menos válida do que a sociologia de Max Weber, por exemplo, ou a psicanálise de Erich Fromm.

Outro paradoxo: penso que no marxismo é recuperável o que não é especificamente marxista. Uma teoria do social parte necessariamente da observação, e elabora, desenvolve conceitos que permitem explicá-lo, e enfim propõe conclusões.

A. Ora, a observação do social, dos mecanismos econômicos do capitalismo feita por Marx é globalmente a mesma que aquela que

foi feita por Proudhon, com a diferença que, tendo vivido mais tempo que Proudhon, Marx pôde desenvolver suas idéias mais a fundo e — este é um ponto de vista pessoal — muito mais claramente.

Bakunin, por exemplo, não nega em nenhum momento a validade da descrição dos mecanismos do capitalismo feita pelo *Capital*, ele apenas critica as obscuridades que tornam o livro inacessível aos operários. Por sinal, caberá ao anarquista Cafiero fazer um resumo de *O Capital*, precisamente para torná-lo acessível, e a James Guillaume fazer uma introdução. Se somarmos a isso que o próprio Bakunin começara a traduzir o livro para o russo, podemos dizer que temos nisso alguns créditos que o legitimam.

B. Quanto aos conceitos, o marxismo não se constituiu a partir de um toque de varinha de condão, mas se construiu a partir de uma base já existente. A maioria dos conceitos que encontramos desenvolvidos no *Capital* já existia quando Marx começou a escrever seu livro. Leroux, Considérant, Proudhon e outros, forneceram uma parte da matéria. Todas as categorias econômicas que encontramos no *Sistema das Contradições Econômicas* de Proudhon, encontram-se quinze anos depois no *Capital*. Marx acrescenta algumas outras, mas não podemos censurar Proudhon por não as ter desenvolvido porquanto elas também não existiam nos textos de Marx contemporâneos ao *Sistema das Contradições Econômicas*.

Nem mesmo o método empregado em *O Capital* deixa de ser amplamente devedor a Proudhon, contrariamente a tudo o que os marxistas puderam escrever posteriormente.

Em conclusão, podemos dizer que o que é recuperável no marxismo não o é porque é “marxista”, mas porque é verdade. O marxismo como teoria explicativa do social fez a síntese de um certo número de dados, conceitos, que estavam “no ar” à época, e que Marx desenvolveu, explicitou, mas propondo conclusões políticas que nós não aprovamos globalmente.

De resto, vários elementos constitutivos do marxismo (mas que, observando bem, encontram-se nos autores contemporâneos a ele e anteriores) caíram, eu poderia dizer, no domínio público. Eis por que a idéia segundo a qual possa haver algo de “recuperável” no marxismo não me parece nem mesmo pertinente.

III. OS MARXISTAS PODEM RECUPERAR ALGO DO ANARQUISMO?

A questão que me ocorre agora é: há no anarquismo algo que os marxistas possam recuperar? Há várias possibilidades: uma hipótese mínima e uma hipótese máxima, com todos os graus intermediários.

A posição mínima consistiria, para os marxistas, em reconhecer a pertinência das reservas feitas por Bakunin em relação ao marxismo. Se fosse o caso, só teríamos a regozijarnos por isso, mas não mudaria grande coisa na prática. Não creio que Charles Fiterman pediria, por causa disso, sua adesão à Federação Anarquista, e, por sinal, o comportamento político do P.C. não seria muito afetado.

A posição máxima poderia ser algo análoga àquela de Maximilien Rubel. Há quase dez anos escrevi na revista IRL (Informations et Réflexions Libertaires) uma polêmica contra suas posições, segundo as quais Marx era um teórico do anarquismo. A bem da verdade não se pode absolutamente afirmar que sua démarche é recuperadora pois ele não recupera nada do que puderam dizer os teóricos anarquistas⁷ ao contrário, ele não lhes reconhece nada de válido: é Marx que é o único, o autêntico teórico do anarquismo. Marx projetara um livro sobre o Estado, que ele nunca teve tempo para escrever, mas que teria sido, sem dúvida, segundo Rubel, o livro fundador do verdadeiro anarquismo. Esse livro, permanecido em estado de projeto, ainda segundo Rubel, "só podia conter a teoria da sociedade liberada do Estado, a sociedade anarquista" (*Marx critique du marxisme*, Payot, p. 45).

Cito o caso de Rubel apenas como um caso extremo, para mostrar que a possibilidade de uma recuperação é bem real. Entretanto, não é contestável que as intenções de Rubel, sem ligação com qualquer organização, pesquisador isolado e à contracorrente, sejam perfeitamente sinceras. O que provavelmente não será o caso de outras tentativas. "A crítica do Estado da qual ele [Marx] reservara-se a exclusividade não teve nem mesmo um início de execução, a menos que se retenha os trabalhos esparsos, sobretudo históricos, nos quais Marx lançou os fundamentos de uma teoria do anarquismo." (*op. cit.*, p. 378).

Assim, a despeito de uma estratégia política, de uma práxis da qual Maximilien Rubel diz que ela foi contrária aos princípios enunciados, Marx teria escrito, se tivesse tido tempo, uma teoria anarquista do Estado e de sua abolição.

Os herdeiros de Marx que, até o presente, construíram um capitalismo de Estado pouco conforme às profissões de fé anarquistas — é Rubel quem fala —, nutriram-se dessa ambigüidade, causada principalmente pela ausência do livro sobre o Estado. Em outros termos, Rubel parece crer que se Marx tivesse tido tempo de escrever esse livro, sua obra não teria revestido essa ambigüidade (que Rubel ressalta várias vezes); e sua qualidade de anarquista teria eclodido à vista de todos. A chave do problema do destino do marxismo e de sua desnaturaçãõ reside em consequência, nesse Livro não escrito, cuja ausência fez o marxismo real bascular no horror concentracionário⁸.

Estas observações conduzem-me a crer que se movimentos marxistas tentassem refazer-se uma virgindade teórica, eles o fariam a partir de uma redefinição do Estado e de seu papel. Penso — para além das desmedidas teóricas de Rubel — que é daí que viria o perigo. Eis por que me parece que o movimento libertário também deveria debruçar-se sobre a questão a fim de evitar os simplismos aos quais habitualmente recorremos.

Se, quando se fala de marxismo, é necessário precisar de qual marxismo se trata, o mesmo ocorre em relação às concepções marxistas do Estado. Eu disse há pouco que a recuperação de temas anarquistas foi denunciada pelo próprio Bakunin: trata-se do livro que Marx escreveu no dia seguinte da Comuna, *A Guerra Civil na França*. É uma obra em que Marx descreve a Comuna retomando por sua conta o ponto de vista federalista, quando sabemos que ele odiava o federalismo. O efeito da Comuna, diz Bakunin,

“foi tão formidável em toda parte que os próprios marxianos, cujas idéias haviam sido todas derrubadas por essa insurreiçãõ, viram-se obrigados a tirar o chapéu diante dela. Fizeram bem mais: ao contrário da mais simples lógica e de seus sentimentos verdadeiros, eles proclamaram que seu programa e seu objetivo eram os deles. Foi um travestismo verdadeiramente bufão, mas forçado. Tiveram de fazê-lo, sob pena de ver-se suplantados e abandonados por todos, de tanto que a paixão que essa revoluçãõ havia provocado em todo mundo fora poderosa.”

Encontramos o mesmo processo durante a Revoluçãõ russa, com *O Estado e a Revoluçãõ* de Lênin, que passa por conter o auge da teoria marxista do definhamento do Estado, mas que é só um

amalgama confuso. Lênin redigiu esse livro para tentar aproximar-se do movimento libertário russo, muito ativo em ma época em que o Partido bolchevique representava muito pouco.

O que se passa na realidade? Os movimentos revolucionários apresentam um certo número de constantes entre as quais a predisposição a constituir instituições autônomas nas quais as massas tentam organizar-se. Esta é uma tendência natural. As vanguardas autoproclamadas não têm evidentemente lugar nesse movimento inicial, mas elas fazem o que podem para recuperá-lo: para isso, devem seguir a correnteza, e, em seguida, retomar a situação quando as coisas estão sob controle. No caso da Revolução russa, não é necessário fazer um desenho: a história mostrou qual era a realidade do leninismo. No caso de *A Guerra Civil na França*, há um meio simples para saber o que Marx pensava realmente: basta reportar-se a uma carta que ele escreveu a seu amigo Sorge, na qual exprime sua fúria ao constatar que os communards refugiados em Londres não se juntaram a ele:

“E eis a minha recompensa por ter perdido quase cinco meses trabalhando a favor dos refugiados, e por ter salvado sua honra, pela publicação de *A Guerra Civil na França*.”

Este livro de Marx muito serviu para tentar dar ao marxismo uma pequena aparência vagamente libertária — malgrado tudo o que seu autor escreveu sob outro ponto de vista —, e poderá eventualmente ainda servir de manifesto libertário aos marxistas que quiserem refazer a fachada de sua doutrina. A carta a Sorge revela a realidade do que Marx pensava¹⁰.

Em matéria de teoria do Estado e do poder, encontramos, na realidade, aproximadamente tudo o que se quer em Marx.

O flerte libertário de *A Guerra Civil na França* é decerto percebido como perfeitamente isolado por Franz Mehring; mas Lênin faz dele um dogma marxista, porque, num dado momento, isso lhe era conveniente e porque necessitava do apoio dos anarquistas. Em *A Crítica do Programa de Gotha* (1875), Marx não diz palavra da Comuna como forma de poder revolucionário, enquanto Engels alude vagamente a essa questão numa carta a Bebel:

“Assim, proporíamos pôr em toda parte no lugar do termo “Estado”, a palavra “Gemeinwesen”, excelente antigo termo alemão respondendo muito bem ao termo francês “comuna”.¹¹”

Por ocasião do vigésimo aniversário da Comuna, Engels escreve um prefácio à *Guerra Civil na França*, e diz:

“O filisteu social-democrata foi recentemente arrebatado por um terror salutar ao ouvir a expressão ditadura do proletariado. Pois bem, senhores, desejais saber com que essa ditadura se parece? Observai a Comuna de Paris. Era a ditadura do proletariado.¹²”

Esta expressão recobre acepções completamente diferentes; em 1850, significava ditadura jacobina sem representação popular, isto é, o contrário do que diz Engels em 1891.

A “ditadura do proletariado” é esvaziada de todo o seu sentido porquanto pode designar simultaneamente um regime dos mais autoritários e dos mais libertários! Mas não é tudo. Ainda em 1891, Engels faz a crítica do programa que a social-democracia alemã dava-se em Erfurt, e ele escreve:

“Uma coisa absolutamente certa é que nosso partido e a classe operária só podem chegar à dominação sob a forma da república democrática. Esta última é inclusive a forma específica da ditadura do proletariado, como já o demonstrou a grande Revolução francesa.¹³”

No mesmo ano, Engels dá como modelo da ditadura do proletariado a Comuna e a república democrática, unitária.

De fato, a fórmula “ditadura do proletariado” recobre ao menos três conceitos:

– No *Manifesto Comunista* e no programa de Erfurt, significa uma república jacobina e democrática;

– No *18 Brumário* e nas *Lutas de Classes na França*, significa uma ditadura revolucionária ultracentralizada sem representação popular; – Em *A Guerra Civil na França*, significa uma federação vagamente libertária.

As concepções sobre a forma do poder operário em Marx e Engels são determinadas muito mais pelas circunstâncias de tempo e espaço — reservando-se o direito de mudar de opinião no transcurso do mesmo ano, como fez Engels em 1891 — do que por princípios precisos. Assim, cada um pode achar o que busca, bastando procurar no texto adequado.

Nós também podemos jogar nesse jogo. No caso de alguns quererem absolutamente convencer-nos de que Marx e Engels falavam seriamente em matéria de abolição do Estado, teríamos sempre o recurso de lembrar o que Engels escrevia a Carlo Cafiero, em 1º de julho de 1871:

“No que concerne à abolição do Estado, esta é uma velha frase filosófica alemã da qual nos servimos muito quando éramos jovens inexperientes e arrogantes.”

CONCLUSÃO

O marxismo e o anarquismo desenvolveram-se separadamente, é verdade, mas conjuntamente a partir de preocupações idênticas e formulando conclusões diferentes. Isso em nada diminui suas oposições, evidentemente, mas a recusa de considerar sua gênese a partir de condições idênticas impede de perceber os pontos sobre os quais se aproximam, e, em contrapartida, não permite apreender suas diferenças em sua verdadeira extensão e perspectiva. Tal percepção dos pontos de convergência conduz inúmeros anarquistas a uma recusa do marxismo que não se dá pelo conhecimento ou pela razão, mas pela atitude religiosa e mística.

Por sinal, tal percepção das oposições conduz a tentar sínteses ecléticas e perfeitamente inúteis do tipo “marxismo libertário”..

Assim, marxismo e anarquismo não são duas correntes que se desenvolveram em dois compartimentos impermeáveis; interagem um com o outro, colocam-se as mesmas questões encontrando respostas na maioria das vezes diferentes.

As manifestações mais caricaturais dessas interações encontram-se nas tentativas feitas por alguns anarquistas de constituir um “marxismo libertário”, ou por certos marxistas de convencer-se de que Marx era “anarquista”. Tal atitude provém da constatação, feita por cada uma das partes concernidas, de carências teóricas supostas ou reais de sua corrente.

Os anarquistas que querem introduzir certas pinceladas de marxismo em sua doutrina evocam as carências do anarquismo em matéria de “análise” e saboreiam “materialismo histórico” e outras fórmulas vazias e pretensiosas. Não fazem mais do que explicitar sua própria ignorância e sua própria ausência de reflexão sobre as teses dos grandes autores libertários.

A expressão “marxismo libertário” foi inventada por Daniel Guérin ao final de sua vida. De formação marxista, aderiu à S.F.I.O., depois ao P.S.O.P. Ele foi por um momento tentado pelo trotskismo. Lançou um olhar crítico sobre os movimentos e os militantes reivindicando o marxismo. Ele pensava que um certo número de conceitos libertários deviam ser reintroduzidos no corpus da ideologia socialista a fim de evitar os erros da social-democracia ou do stalinismo. Em relação à maioria das questões opondo marxismo e anarquismo: centralismo ou federalismo, parlamentarismo ou ação direta social, ditadura do proletariado ou democracia direta, Guérin dava razão ao anarquismo, e em particular a Bakunin.

O marxismo libertário de Guérin não era uma ameaça ao anarquismo. Foi mais uma tentativa de introduzir na doutrina marxista conceitos anarquistas. A idéia, contudo, seduziu alguns anarquistas que, por sua vez, tentaram introduzir no anarquismo conceitos marxistas. Hoje, inúmeros militantes emanados do comunismo, conscientes da desvalorização do marxismo, mas sobretudo das carências conceituais do marxismo para explicar a sociedade atual, descobrem Proudhon e Bakunin. Falar de síntese entre os dois movimentos parece-me, no entanto, profundamente exagerado.

A conclusão geral que extrairei de minha análise é que não devemos nos enganar de inimigo. Se efetivamente temos de temer uma recuperação de alguns de nossos temas por marxistas, também deveríamos atentar para as recuperações e desnaturações — que não são recentes e que também estão ligadas às ambigüidades teóricas de alguns de nossos autores — efetuadas pela direita e pela extrema direita.

Dos círculos proudhonianos de extrema direita do século passado aos “libertarianos” de hoje, o perigo é mais do que real.

NOTAS

1. Marx fez essa observação após ter lido uma obra particularmente pesada de Paul Lafargue, *Le déterminisme économique de Karl Marx*. Este último exclamou: “Se é isso o marxismo, eu, Karl Marx, não sou marxista.”

2. Lénine, *Matérialisme et empiriocriticisme*, Éditions du Progrès, p. 461.

3. “O partido é a vanguarda politicamente consciente da classe operária.

Estamos agora no ponto em que os operários, ao final de suas provações, recusam-se doravante a seguir uma vanguarda que os conduza à batalha e ao sacrifício... Devemos ceder aos clamores dos trabalhadores que alcançaram os limites de sua paciência mas que não compreendem seus verdadeiros interesses como nós o fazemos? Seu estado de espírito é agora francamente reacionário. Mas o

partido decidiu que não devemos ceder, que devemos impor nossa vontade de vencer aos nossos partidários esgotados e desmoralizados.” Robert Conquest, *The Great Terror*.

4. Estas linhas foram escritas há uns quinze anos. É evidente que a evolução da composição do P.C. pela chegada de novas gerações de militantes modifica esse ponto de vista, que ainda permanece, contudo, válido no que concerne aos velhos turrões que se agarram à velha linha do partido.

5. Nesse tipo de discurso, que não é isolado, revela-se o formalismo jurídico segundo o qual é lógico que se uma maioria da população decide tomar medidas que vão contra os interesses efetivos do grande capital, este respeitará o veredicto popular porque é a lei. Cabe a Bakunin o mérito de ter mostrado que a democracia em regime capitalista só funciona se ela mantém a perenidade do sistema.

6. De fato, é sobretudo à social-democracia alemã que ele dirige sua crítica. Bakunin não tem as informações suficientes para conhecer as críticas que Marx e Engels fazem ao legalismo dos socialistas alemães.

7. Durante um programa na “Radio Libertaire” ao qual Rubel e eu fomos convidados, ele parecia querer aproximar Marx e Proudhon, e concedia a este último um crédito que parecia recusar-lhe nos textos reunidos pela editora Payot em *Marx critique du marxisme*.

8. Inútil dizer que tal argumentação é uma verdadeira aberração do simples ponto de vista do materialismo histórico...

9. Bakounine, Œuvres, Champ libre, III, 166.

10. Um marxista como Franz Mehring observa, em relação à Guerra Civil na França, em sua obra *A Vida de Karl Marx*: “Por mais brilhantes que fossem essas análises, elas não estavam menos levemente em contradição com as idéias defendidas por Marx e Engels havia um quarto de século e já antecipadas no *Manifesto Comunista* (...). Marx e Engels estavam decerto perfeitamente conscientes dessa contradição...”

11. Carta de Engels a Bebel, 18-28 março de 1875. In *Sur l'anarchisme et l'anarcho-syndicalisme*, Marx, Engels, Lénine. Editions du Progrès, Moscou.

12. Conferir Éditions Sociales, 1968, p. 302.

13. Conferir de Marx e Engels, *Critique des Programmes de Gotha et d'Erfurt*, Éditions Sociales, p. 103.